

1 **ATA 11/2021 - Ata da Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**
2 **SOCIAL – CMAS/ Campinas, em 30/11/2021.** Aos trinta dias do mês de novembro de 2021, as
3 nove horas e dez minutos, ocorreu a reunião ordinária do CMAS, em ambiente virtual utilizando a
4 ferramenta Teams, através do link: https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_OTRIO_TgyZW_YtMTU1_OS00ZTJkLThiMjltOWJIN2E4NDRmZGJh%40threa_dv2/0?context=%7b%22id%22%3a%228ce66269-6fe2-4d6f-b1c2-97c5db774652%22%2c%22Oid%22%3a%222ecf77f3-2e8e-4309-a764-75be30d37c5e%22%7d. Izabel inicia a reunião informando
5 que solicitou para o Geziel o levantamento dos Conselheiros (Sociedade Civil e Poder Público) que
6 participam das reuniões do CMAS e pontua que extremamente importante a votação dos
7 Conselheiros. Kelly (Procuradoria Geral do Município – SMASDH) – Pontua que o ficaram em
8 dúvida sobre o Regimento Interno sobre o Art. 7 quanto as participação e ausências dos
9 Conselheiros e se é auto aplicável. Izabel responde que os que estão presentes, da Sociedade Civil,
10 apresentam presenças durante o ano. Pontua que não foi solicitado hoje a presença de
11 representante da assessoria jurídica para o CMAS, conforme Regimento Interno. Geziel pontua que
12 nesses 3 meses, não foi encaminhado para Secretarias e OSCs a solicitação de substituição dos
13 Conselheiros. Izabel pontua que não entende que seja responsabilidade dos Conselheiros
14 acompanhar a participação e frequência dos Conselheiros. Diz que vai precisar verificar melhor o
15 Art. 7 para tirar essa dúvida. O CMAS tem um decreto e é regimentar. Faz a leitura do Artigo 7 do
16 Regimento Interno. Juliana pontua sobre a importância de iniciar a reunião devido a outras
17 demandas dos Conselheiros. Silvano informa que mesmo regimentada, o item trazido pelo Art.7
18 não apresenta a estratégia como é realizada a substituição dos Conselheiros no caso de ausência,
19 sem justificativa. Traz um exemplo dos representantes da Secretaria de Saúde (Justificou a
20 ausência) e Secretaria de Infraestrutura (Ausente em 2 reuniões, mas participou de 1 em outubro).
21 Izabel pontua que será apresentado os nomes dos Conselheiros presentes e ausentes e será
22 colocado em votação se esses participarão do processo de votação na reunião de hoje. A partir de
23 um questionamento de Izabel, Silvano responde que está participando da reunião enquanto
24 Conselheiro e não enquanto Procuradoria. Jéssica pontua que nunca teve tanta representação do
25 Poder Público como na reunião de hoje. Reforça que todos os meses são encaminhados os links
26 das reuniões e são poucos os representantes do Poder Público e a necessidade de já iniciar as
27 pautas da reunião. Sérgio pontua que está muito claro o Regimento Interno, mas não possui um
28 Rito Administrativo que pode invalidar qualquer ação do CMAS e reforça que todos os presentes
29 têm voz. Juliana diz que não ficou surpresa com o ocorrido da reunião de hoje e pontua que quando
30 há necessidade da participação efetiva dos representantes do Poder Público, não tem e o que
31 acarreta sobrecarga para os representantes da Sociedade Civil. Geziel sugere fazer oficialmente a
32 chamada de quem está presente ou não e depois entrar nas pautas. E pontua que a única secretaria
33 que está prejudicada é da Habitação que não tem presente. **Presentes: A) Conselheiros**
34 **representantes da Sociedade Civil** – pelas Entidades de Assistência Social – Titulares: Izabel
35 Cristina Santos de Almeida (presidente), Juliana Aparecida Vieira da Silva, Josefa Hermínia
36 Rodrigues Guirau - Suplente: Elisandra Maria de Souza Rinaldi, Juliana Padilha Dusso de Moraes e
37 Maria Cristina Biehse, pelos Usuários ou Representantes dos Usuários da Assistência Social -
38 Titulares: Jéssica dos Santos, José Carlos Carioca, Aparecida de Fátima de Lima, Suplentes:
39 Aristides Militão Vilela. **B) Conselheiros representantes do Poder Público** – pela Secretaria
40 Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – Titular: Silvano
41 Freire Oliveira, Suplente: William Azevedo de Souza; pela Secretaria Municipal de Justiça –
42 Suplente: Viviane Carvalho e Moura Belmont; pela Secretaria Municipal de Cultura – Titular: Letícia
43 Francyne Lourenço de Mello Arriel; pela Secretaria Municipal de Educação – Titular: Dorine Matos
44 Moreira de Albuquerque; pela Secretaria Municipal de Finanças – Titular: José Fernando Ongaratto;
45 pela Secretaria Municipal de Habitação: Titular: Natália Aloise; pela Secretaria Municipal de
46 Infraestrutura – Titular: Sérgio Reis de Oliveira Cerqueira; pela Secretaria Municipal de Esporte e
47 Lazer - Titular: Fábio Alves Cremasco e Suplente: Elaine Aparecida Sivi Machado. **C) Justificativas**
48 **de ausência:** Secretaria Municipal de Justiça - Titular: Pâmela Cristina Pereira; Secretaria Municipal
49 de Cultura: Suplente: Márcio Cristian Ferreira; Secretaria Municipal de Educação - Suplente: Maria
50 Fernanda Buarraj; Secretaria Municipal de Finanças - Suplente: Cristiano Oliveira Lourenço;
51 Secretaria Municipal de Infraestrutura - Suplente: Adilson Gomes Pereira; Secretaria Municipal de
52 Saúde - Titular: Márcia Adriana Cardoso Moreno e Suplente: Vanilda Nunes Avelar Cunha.
53 **Convidados:** Nilza Clementino; Andréa Campedelli; Dias da Cruz / Legião Armando Veloso;
54 Tatiana; Kelly Kirner; Gabriela (ABBA); Michael Jonathas Fonseca Batista; Andréa Penedo; Camila

58 /Fundação Síndrome de Down; Diego Romília; Gisleide Abreu; Cássia; Victor Astete (Jd Bassoli);
59 Clébia Alves; Alline; Débora; Valdirene Vitor; Ana AS - Instituto Paulo Freire; Luzia Barão; Maria
60 Amelia Grangeiro - Assistente Social - CECOIA; Luiz - CEAK EE; Cida; Paula; Cristina; Marcela
61 Souza - Progen Vila Bela ; Kelly Parro; Aline Alves; Matheus Albrecht; Angela Abrigo Casa Juninho;
62 Andreia APAE; Joana - CAIS; Veronica - MVM; Elisana Carvalho - CCII Direito de Ser; Pedro Costa
63 ; Thaís Ferreira ; Sandra Zampola; Aslan; Isabel Baldo - Lar Alice de Oliveira; Rita Viotti; Natália;
64 Camila Fundação Síndrome de Down; Michelle Ramos; Marcelo De Souza Hermenegildo; Vanessa;
65 Tatiana Smaile; Paloma Casarini. **Inversão de Pauta:** A Presidente propôs e os presentes
66 aprovaram que a deliberação sobre as Atas das reuniões anteriores seja tratada como último item
67 da pauta. **Conselheiros qualificados para atuação e votação nesta Reunião** - A Presidente
68 colocou em discussão a problemática da legalidade da participação plena na Reunião dos
69 Conselheiros que estiveram ausentes consecutivamente por 03 reuniões seguidas ou 05
70 intercaladas sem as devidas justificativas e solicitou que a Secretaria Executiva prestasse essa
71 informação, o que foi feito. Izabel traz que o José Fernando (Secretaria de Finanças), possui 4 faltas
72 consecutivas, com algumas justificativas e outras não; presente também do suplente. Natália
73 (Secretaria da Habitação) possui 3 faltas consecutivas, mas tem justificativa. Sérgio (Secretaria de
74 Infraestrutura) apresenta 3 faltas, mas compareceu na última reunião. Secretaria de Saúde não há
75 representante. Izabel solicita orientação ao Silvano sobre as situações. Silvano diz que no caso de
76 José Fernando, como há algumas justificativas e teve a participação do Suplente, ele está apto a
77 votar. Izabel, a partir da resposta de Silvano, lê o Art. 7 do Regimento Interno. Silvano lê o parágrafo
78 único do Art. 7 do Regimento Interno. Quanto à Natália, representante da Secretaria de Habitação,
79 por não ter presença, mesmo com a justificativa, mas a suplente não esteve presente, Silvano
80 informa que deverá ser colocado em votação na plenária se ela poderá ou não votar. Quanto a
81 Sociedade Civil, Geziel pontua que há 5 pessoas presentes e do Poder Público há 7 presentes (não
82 contabilizando a representante da Secretária de Saúde). Após debate com participação de vários
83 Conselheiros sobre interpretação do Regimento Interno em seu Artigo 7º. submetida a votação, por
84 06 votos favoráveis e 05 contrários, resolveu-se que embora alguns Conselheiros estivessem
85 enquadrados nesse Artigo, eles ainda não foram substituídos formalmente, portanto os que estavam
86 presentes na Reunião teriam plenos direitos da participação, exceto a representação da Secretaria
87 da Habitação. Votaram “**Sim**” (Silvano, Viviane, Dorine, José Fernando, Sergio, Fábio); votaram
88 “**Não**” (Juliana, Josefa, Jéssica, José Carlos, Fátima). **OBS: Leticia não se manifestou. Alteração**
89 **Conselheiros do Poder Público:** Registra-se que, de acordo com a Portaria nº 96322/2021,
90 assinada pelo Sr Prefeito Municipal e publicada no Diário Oficial do Município em 19 de novembro
91 de 2021, **foi revogada a nomeação da representação neste CMAS:** da Secretaria Municipal de
92 Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, Titular: Elizabeth Maria Ximenes;
93 **sendo nomeado em seu lugar** Titular: Silvano Freire Oliveira. **Eleição da Vice-presidência** -
94 considerando a vacância do cargo de Vice-presidência no Conselho; após a Presidente fazer os
95 devidos esclarecimentos sobre o Processo e o nome apresentado ser o do Conselheiro Silvano
96 Freire Oliveira, representante Titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com
97 Deficiência e Direitos Humanos, passou-se ao processo de eleição sendo o Conselheiro Silvano
98 eleito por aclamação e por unanimidade dos presentes. **Inversão de Pauta:** A Presidente propôs
99 inversão de Pauta que foi aprovada por todos e passou-se a apreciação da matéria LOAS e
100 Benefícios Eventuais. A Conselheira Juliana Vieira, Coordenadora da Comissão de Política de
101 Legislação e o Conselheiro Fábio Cremasco, Coordenador da Comissão de Finanças e Orçamento
102 passam a expor os relatos das Reuniões que trataram sobre a matéria. Juliana disse que embora
103 tenha havido todo processo das várias reuniões, prefere ler o Relato da última reunião que tratou
104 do assunto LOAS e que todos os Relatos serão encaminhados aos Conselheiros. Expôs o relato da
105 Reunião realizada no dia 24 de novembro, dizendo que iniciou contextualizando a reunião e o seu
106 processo de funcionamento. Lembrou também que na reunião ficou reforçado que a LOAS chegou
107 ao CMAS depois que foi para Câmara dos Vereadores e que Izabel reforça que se viesse antes,
108 poderiam ter realizado essas reflexões antes, com mais tempo. Lembrou também que Izabel,
109 embora Presidente do CMAS tem participado das Reuniões da Comissão como Conselheira. Disse
110 que a Reunião tratou das respostas dadas pela Gestão acerca das perguntas levantadas pela
111 Comissão, apresentando slides com as tratativas da reunião, com alguns destaques: Quanto ao
112 CREAS: não possui número de atendimento; Quanto ao PPA: a gestão apresentou primeiro na
113 Câmara dos Vereadores e somente agora está sendo construído junto ao CMAS; Quanto aos
114 atendimentos pelas OSCs: várias OSCs estão com demanda reprimida e a pergunta feita pelo

115 CMAS de quantas pessoas estão na lista de espera ainda persiste e que em 2021 não houve
116 repasse da inflação nos recursos financeiros para as OSCs; Quanto ao Reordenamento do SCFV:
117 que foi criado um Grupo de Trabalho e que há necessidade de utilizar o que já se tratou sobre o
118 assunto; Quanto a estrutura do CMAS, precisa entender que uma coisa é a Estrutura do Conselho,
119 outra a da Casa dos Conselhos, e isso tem prejudicado o trabalho da Secretaria Executiva, visto as
120 atribuições e demandas dessa função; Quanto ao Processo SEI que trata do assunto, a consulta é
121 sobre a razão de alguns documentos terem sido retirados do Processo. Relata que a Gestão através
122 dos seus representantes na Reunião procurou responder as questões e temáticas levantadas, a
123 saber: Quanto a questão de alteração de documentos no Processo SEI - juridicamente, se houver
124 justificativa, pode ser retirado alguns documentos do sistema e que alguns documentos de vários
125 setores/departamentos da SMASDH foram retirados e seus conteúdos juntados em um só
126 documento e que planilha de valores foi incluída novamente no SEI e está à disposição para
127 verificação e que quando foram feitas essas alterações, o processo ainda estava em aberto na
128 Secretaria, não havia sido encaminhado oficialmente ao Conselho, portanto valendo o agora
129 encaminhado com a assinatura da Secretária. No Relato Juliana aborda os vários questionamentos
130 feitos pelos participantes na referida reunião e as respostas dadas pelos representantes da Gestão.
131 Deixou claro que as intervenções ocorridas na Reunião relatada mostram o desconforto dos
132 Conselheiros quanto ao envio pela Gestão do documento LOA à Câmara Municipal antes de ser
133 enviada ao CMAS. Após a apresentação do Relatório pela Juliana, a Presidente abre a palavra aos
134 que assim desejarem tratar do abordado no relato. O Conselheiro José Carlos expõe, como
135 Conselheiro e como usuário do Sistema SUAS, várias dúvidas que a seu ver não foram esclarecidas
136 nas Reuniões e que sente dificuldades em votar assuntos que para ele estão sem clareza, portanto
137 pede “vistas” ao processo, à matéria, deseja saber como se busca e como entender origem dos
138 recursos. Entende como usuário que existem pontos obscuros a serem esclarecidos, precisando
139 entender melhor o Processo. Não tem entendimento sobre administração pública. Pontua que
140 algumas iniciativas da Gestão estão equivocadas, pois não chegam na ponta e estamos aqui para
141 garantir o acesso ao direito da população. Pede uma supervisão jurídica para poder entender e ter
142 um voto com maior conhecimento e segurança. A distribuição do recurso não ficou clara.. A
143 Presidente esclarece que o Conselheiro está fazendo uso do Artigo 18 do Regimento Interno. O
144 Coordenador da Comissão de Finanças e Orçamento, Conselheiro Fábio Cremasco afirmou que
145 todo o processo foi discutido e tratado em Comissão com a participação de vários Conselheiros. A
146 Conselheira Aparecida de Fátima também pediu “vistas” à matéria dizendo ser necessária a
147 transparência e melhor entendimento do Processo, principalmente pelo fato de no Conselho
148 representar os usuários e pontua que só viu política. Não vê ações voltadas à população. O
149 Conselheiro Silvano Freire pede esclarecimento no sentido que saber exatamente sobre o que se
150 está pedindo “vistas” diz que não tem dúvida sobre a solicitação de vistas e pontua que causa
151 estranheza sobre a solicitação no dia da votação e gostaria de saber em qual parte da solicitação
152 de vistas. A Conselheira Jéssica disse que como usuária quer detalhamento do Processo SEI, sobre
153 recursos para a proteção básica, para a média e alta complexidades e várias outras informações
154 que são necessárias e pediu o detalhamento na última reunião. Não vai votar em algo que está em
155 dúvida e que não está entendendo. A Conselheira Juliana Vieira também pede “vistas” e ressalta
156 que o orçamento em questão não atende a política de assistência social no município; que a LOAS
157 não passou pelo Conselho antes de ser encaminhada para a Câmara Municipal; também por conta
158 do quadro incompleto de servidores nos CRAS, CREAS, DAS e outros serviços; também pelo fato
159 da Vigilância não ter apresentado o diagnóstico conforme solicitado; pelo fato do PMAS estar sendo
160 discutido agora, depois da LOAS e que também tem dúvidas sobre o processo. **Assunto retirado**
161 **de Paula:** Izabel faz a leitura do Art 18 do Regimento Interno explicitando sobre o processo de
162 solicitação de vistas por parte dos Conselheiros. A Presidente relembrou o Artigo 18 do Regimento
163 Interno e retirou de pauta a votação do parecer sobre LOAS. A Conselheira Jéssica reafirma que
164 pediu “vistas” pensando no Serviço e atendimento da população e faz um parecer para que no
165 próximo ano não possa ver o fechamento dos serviços, crianças na rua, entre outras situações. O
166 Conselheiro Fábio Cremasco disse que nas Reuniões muitos permanecem em silêncio e agora
167 solicitam o pedido de “vistas” alegando desconhecimento e obscuridade das coisas e que os
168 Conselheiros devem olhar para um todo, pois recursos no Orçamento tira-se de um lugar para por
169 em outro. Fábio pontua que causa estranheza esse movimento. Pontua que sempre foi parceiro e
170 que sente que a retórica está mudando Informa que o recurso, em 2012, o aumento do orçamento
171 da assistência social foi um acordo do Pedro Serafim e do Jonas Donizete e que esse recurso saiu

172 da saúde. A Conselheira Josefa Hermínia disse que não houve silêncio dos Conselheiros e sim que
173 não foram dadas as respostas de acordo com o que se entende que deveria ter sido feito.
174 Argumenta também que se há Conselheiros Usuários que solicitaram “vistas” o Regimento é bem
175 claro quanto a isso e as vistas é algo regimentado e que dá o respaldo aos conselheiros a solicitar.
176 José Carlos reforça a fala de Josefa quanto aos posicionamentos e falas que foram realizadas sim
177 nos espaços das Comissões. Elizandra diz que os usuários têm o direito sim de solicitar as vistas.
178 Juliana solicita que Fábio leia os relatos e pontua que se pegar até as respostas que foram dadas,
179 não estão claras. Informa que leu os relatos e assistiu as gravações. Fátima pontua que uma coisa
180 é saber o que acontece nas pontas, mas é diferente viver essas situações no dia-a-dia na ponta.
181 Informa que não foi pensado no usuário e que se sentiu com medo em votar por que tem visto que
182 as questões apresentadas são políticas. Fábio diz que pensa sim no usuário e pede para que todos
183 tenham cuidado na hora e no que fala. Diz que desde outubro tem solicitado capacitação à todos
184 os conselheiros. **Benefícios Eventuais** - A Conselheira Juliana Vieira, Coordenadora da Comissão
185 de Política e Legislação apresentou através de slides um resumo das reuniões em que o assunto
186 Benefícios Eventuais fora tratado nos meses de outubro e novembro. Lembra que o CMAS
187 solicitou aumento do prazo do GT chamado pela Gestão e a inclusão de outros partícipes nesse
188 assunto a compor o GT. A Comissão de Política convidou então outros autores e envolvidos com o
189 tema para participarem dessa construção dos critérios para os Benefícios Eventuais. Relata da
190 dificuldade que foi a construção desses critérios, que no entendimento da Comissão devem incluir
191 todas as quatro modalidades: Natalidade, Funeral, Vulnerabilidade Temporária e Calamidade
192 Pública. Nos slides apresentou os critérios propostos para as modalidades O Conselheiro Sergio
193 Reis pede esclarecimentos sobre termos “vulnerabilidade” e “ausência financeira”, a seu ver,
194 contraditórios no texto da proposta do item “auxílio a moradia a mulher vítima de violência”. A
195 Coordenadora da Comissão explica o que é “vulnerabilidade pontual” e que muitas vezes o usuário
196 pode estar sujeito. O Conselheiro José Carlos faz a analogia com a pessoa em situação de rua: a
197 pessoa está vulnerável embora possa ter a família financeiramente equilibrada. O Conselheiro
198 Silvano expõe que os critérios apresentados na proposta não estão claros. Juliana disse que não
199 tiveram retorno com informações da Vigilância o que dificultou a elaboração dos termos jurídicos
200 dos critérios, elencando aquilo que a Comissão entende que deveria ser contemplado. Silvano
201 pontua que o posicionamento da administração que os critérios não ficaram claros. Juliana informa
202 que como não houve a apresentação da vigilância socioassistencial para poder formalizar os
203 critérios. Foi encaminhado para gestão. O que ficou combinado é que a Comissão ficou de organizar
204 os pontos discutidos. Josefa pontua que a SMASDH solicitou para o CMAS fazer os critérios.
205 Silvano diz que o documento tem embasamento legal, mas diz que os critérios não ficaram claros.
206 O Conselheiro Silvano, reforçando que os critérios não estão claros solicita que Gisleide Abreu,
207 coordenadora da Área de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência
208 Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, exponha os motivos pelos quais para a Gestão
209 os critérios ora apresentados não estão claros. Gisleide usa da palavra reforçando que como
210 compete ao Conselho definir os critérios de concessão dos Benefícios, tais critérios precisam estar
211 claros e bem definidos para permitir que o técnico gestor tenha clareza e segurança em suas
212 deliberações e não em termos subjetivos. Quando diz que são os profissionais que farão a avaliação
213 quanto às questões de vulnerabilidade, fica muito subjetivo. Eles podem ser para além da renda,
214 mas precisam ficar especificados. Adote referenciais que definem a vulnerabilidade social para
215 acesso aos Benefícios Eventuais. Após fala da Gisleide, a Conselheira Jéssica Santos diz que
216 quando a gestão apresentou os benefícios eventuais com um prazo curto, foi solicitada a
217 prorrogação e durante os 3 meses o GT fez uma reavaliação do documento e levantamento dos
218 critérios. Traz algumas situações de vulnerabilidade social. Sente que estão querendo levar para
219 aprovação dos benefícios para 2024. O Conselheiro Sérgio Reis reforça a necessidade de que o
220 texto dos critérios esteja claro e não de forma subjetiva. Jéssica pontua através de uma fala de
221 Sérgio, que a população também paga impostos. A Conselheira Juliana Vieira lembra o processo
222 que foi utilizado para construção dos critérios. O Conselheiro Silvano reforça a necessidade da
223 clareza dos termos e da dificuldade da votação da forma em que está. A Presidente lembra da
224 importância dessa votação dos critérios e que depois compete a Gestão fazer a Regulamentação
225 dos procedimentos de sua aplicação. Lembra também a Presidente da necessidade do
226 atendimento à população que se encontra necessitada desses Benefícios. É feita a proposta de que
227 a votação se dê sobre os critérios sobre os quais não se tem dúvidas e que o texto dos demais
228 sejam revistos. Presidente diz que o voto no CMAS faz parte do processo de participação dos

229 Conselheiros nas Comissões. Traz dados de vulnerabilidade social em Campinas. **Propostas:**
230 votação a exclusão do texto da dúvida (Sergio) e a manutenção dos outros itens do texto. Fábio traz
231 que é nas Comissões que são realizadas as discussões e não na reunião Ordinária. Faz uma leitura
232 de uma contribuição teórica no chat sobre vulnerabilidade social. O Conselheiro Fábio Cremasco
233 solicita que seja registrado em ata seu parecer de que há incoerência na decisão tomada, pois no
234 caso da LOAS não se podia fazer votações em partes, tanto que foi tirada da pauta e que no caso
235 dos Benefícios Eventuais a votação está sendo 'fatiada'. Fábio questiona que não houve um
236 espaço de discussão da LOA e agora para os benefícios eventuais abrem para discussão. Jéssica
237 pontua que a LOA tem que ser votado o documento como todo, mas os benefícios eventuais
238 possuem critérios, por isso é importante votar os critérios. **Conselheiro ausenta-se da Reunião:**
239 O Conselheiro Sérgio Reis ausentou-se da reunião por problemas de conexão de internet. A
240 Conselheira Jéssica expõe que os critérios que não forem postos em votação voltarão para análise
241 da Comissão para melhor avaliação do texto. A Conselheira Juliana propõe que a Gestão apresente
242 os termos dos critérios encaminhados pelo Conselho e aí sim se faça a votação. A Presidente
243 orienta que o processo de votação seja da peça por inteiro exceto do critério sobre o qual o
244 Conselheiro Sérgio Reis levantou problemas no texto. **Passa-se a votação** e havendo empate de
245 4 votos favoráveis e 4 contrários para proposta apresentada pela Comissão, a Presidente vota
246 favoravelmente à proposta, sendo então aprovada com 5 votos favoráveis e 4 contrários. Votaram
247 **"Sim"** (Juliana, Josefa, Jéssica, José Carlos, Fátima); votaram **"Não"** (Silvano, Viviane, Dorine,
248 José Fernando, Fábio)**Desempate: Votação da Presidente (Sim) OBS:** Sergio saiu antes do
249 período de votação e Leticia não se posicionou. **Critério de votação** - Registra-se que o
250 Conselheiro Silvano Freire expõe que a Conselheira Letícia Francyne estava com problema em seu
251 equipamento e com dificuldade de responder à votação pelo áudio e pelo chat, mas que seu voto
252 "sim" seria "levantando a mão virtual do aplicativo". A Presidente não aceitou esse critério por estar
253 em plena votação e que critério de votação deve ser definido antes do processo de votação.
254 Terminada a votação anterior, o Conselheiro Fábio Cremasco propõe que nas próximas votações
255 seja levado em conta que voto "sim" da Conselheira Letícia será "levantando a mão virtual" do
256 aplicativo. O Secretário Executivo notifica que a Conselheira Letícia naquele momento fez contato
257 com a Secretaria do CMAS expondo essa dificuldade de áudio e chat e que o seu "sim" seria
258 "levantando a mão virtual" do aplicativo. A Presidente diz que o Regimento não trata nada sobre
259 isso portanto não pode aceitar essa disposição e critério para votação da Conselheira. Passa-se
260 para a **Comissão de Inscrição e Normas:** A Conselheira Elisandra Maria de Souza Rinaldi,
261 Coordenadora da Comissão, relata que a Comissão reuniu-se várias vezes e apresenta pareceres
262 para deliberações no Colegiado. A comissão analisou requerimento de solicitação de alteração de
263 endereço de Serviços, feita pela UNIASEC-União de Amor e Ajuda e Salvação em Cristo, com
264 parecer FAVORÁVEL e, em votação foi **APROVADO** por dez votos a favor, nenhuma abstenção ou
265 voto contrário, ou seja: **APROVA** a alteração de endereço dos serviços da União de Amor Ajuda e
266 Salvação em Cristo - UNIASEC - CNPJ 04.982.207/0001-60, inscrita sob o nº 129E, a saber: "*Casa*
267 *Lar Grandes Pequeninós*", do endereço Rua Frei Caneca, 526, Jd. Campos Elíseos, Campinas, SP,
268 para o endereço Rua Reverendo Constâncio Homero Omegna, 124, Cidade Jardim, Campinas, SP
269 e "*Lar Tia Mel*", do endereço Rua Décio Bierrembach, 77, Jardim das Palmeiras, Campinas, SP,
270 para o endereço Rua Luis Carlos Miami, 102, Jardim Campos Elíseos, Campinas, SP. Votaram
271 **"Sim"** (Juliana, Josefa, Jéssica, José Carlos, Fátima, Silvano, Viviane, Dorine, José Fernando,
272 Fábio) **OBS:** Leticia não pode votar. Sergio não estava presente na votação; Analisou Requerimento
273 de Inscrição neste Conselho da Associação Jovens Cumprindo sua Missão JCM, com parecer
274 DESFAVORÁVEL e, em votação foi **APROVADO** por nove votos a favor, nenhuma abstenção ou
275 voto contrário, ou seja: **INDEFERE** o requerimento de inscrição no CMAS, da Associação Jovens
276 Cumprindo Sua Missão-JCM, CNPJ 26.977.856.0001/05, com sede à Avenida Suaçuna, 64, Vila
277 Aeroporto, em Campinas/SP. O indeferimento baseia-se no fato de que a OSC não atende os
278 parâmetros do SUAS, não atende completamente a Resolução CMAS 003/2015 e não oferece
279 atividades de caráter laico. Votaram **"Sim"** (Josefa, Jéssica, José Carlos, Fátima, Silvano, Viviane,
280 Dorine, José Fernando, Fábio - **OBS:** Leticia não pode votar. Sergio não estava presente na
281 votação). Analisou Requerimento de Inscrição neste Conselho do Lar Campinense de Bem Estar a
282 Criança e ao Adolescente, com parecer DESFAVORÁVEL e, em votação foi **APROVADO** por oito
283 votos a favor, nenhuma abstenção ou voto contrário, ou seja: **INDEFERE** o requerimento de
284 inscrição no CMAS, do Lar Campinense de Bem Estar à Criança e ao Adolescente CNPJ
285 48.168.306/0001-88, com sede à Rua Martin Luther King, Jr., 400, Jardim Eulina, em Campinas/SP.

286 O indeferimento baseia-se no fato de que a solicitante não deixou claro sua atuação na área da
287 Assistência Social e não apresentou em seu quadro de RH o nome do profissional de Serviço Social,
288 conforme a Resolução CMAS 17 /2009. Votaram “**Sim**” (Josefa, Jéssica, José Carlos, Silvano,
289 Viviane, Dorine, José Fernando, Fábio **OBS:** Leticia não pode votar. Sergio, Fátima e Juliana não
290 estavam presentes na votação). **Conselheiros ausentam-se da Reunião:** Registra-se que
291 precisou sair da Reunião a Conselheira Juliana Aparecida Vieira da Silva, assumindo a Suplente
292 Elisandra Maria de Souza Rinaldi e precisou sair da Reunião a Conselheira Jéssica dos Santos
293 assumindo o Suplente Aristides Militão Vilela. Registra-se também que a Conselheira Leticia
294 Francyne recuperou as condições de se manifestar no ‘chat’ e assim a participação plena nas
295 votações. Passa-se para a **Comissão de Finanças e Orçamento:** O Conselheiro Fábio Cremasco,
296 Coordenador da Comissão, relata reuniões feitas e apresenta para parecer do Colegiado o assunto:
297 **PMAS-Web e o pedido de inclusão do crédito complementar de recurso financeiro do Estado
298 de São Paulo, com parecer FAVORÁVEL** da Comissão. Fábio sugere, então, que Pedro faça a
299 apresentação dessa pauta, pois foi ele quem fez a apresentação no dia da reunião. Pedro informa
300 que a forma que o recurso será reprogramado está apresentado no ofício que voltou para o CMAS
301 com a resposta da Gestão com base na Portaria 605 que autorizou a utilização no ano em exercício.
302 Izabel pontua que seria importante apresentar os valores do recurso que sobrou e será
303 reprogramado para 2022. Pedro solicita um tempo para que ela consiga abrir o arquivo. Izabel
304 sugere apresentar o valor do Estado. Fábio apresenta que o recurso do Estado é de R\$ 60.000,00
305 direcionado para os dois Centros POPs (R\$ 30.000,00 para cada). Informa que precisa abrir o
306 sistema, pois o recurso ainda não caiu. Diz que já viu em outros anos o Estado depositar o valor no
307 ultimo dia do ano. A Comissão avaliou como **FAVORÁVEL** para abrir o sistema. Izabel pontua que
308 além de abrir o sistema precisa ter uma resolução. Em votação foi **APROVADO** por dez votos a
309 favor, nenhuma abstenção ou voto contrário, ou seja: **APROVA** o pedido de abertura do PMAS-
310 Web e o pedido de inclusão do crédito complementar de recurso financeiro do Estado de São Paulo,
311 no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em parcela única, para custeio e ações no
312 atendimento dos usuários dos Centros de Referência Especializado para População em Situação
313 de Rua - Centro Pop, conforme Resolução SEDS nº 41, de 04 de novembro de 2021 e documentos
314 inseridos no Processo SEI PMC 2021.00071085-43. Votaram “**Sim**”: (Josefa, Elizandra, José
315 Carlos, Aristides, Silvano, Viviane, Leticia, Dorine, José Fernando, Fábio). O Coordenador da
316 Comissão passa a tratar do assunto **reprogramação dos recursos federais referentes à Portaria
317 369/2020, sobre Verbas COVID**. O Coordenador da Comissão solicita que Sr Pedro Ângelo Costa,
318 Diretor do Departamento de Gestão Administrativa Orçamentária e Financeira, da Secretaria
319 Municipal de Assistência Social Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos que faça exposição
320 das providências necessárias sobre aceite e reprogramação dos referidos recursos. A Presidente
321 levanta várias perguntas sobre as datas do aceite dos recursos, as publicações das devidas
322 portarias, aplicação dos recursos e das reprogramações. Pedro apresenta a reprogramação do
323 recurso COVID, houve uma regulamentação via Portaria 605/2021 (Publicada em 05/02/2021) para
324 que pudesse ser reprogramado – Valor R\$ 6.854.532,67. (Seis Milhões, oitocentos e cinquenta e
325 quatro, quinhentos e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos). Pedro informa que só está
326 sendo colocado para votação em novembro, pois não havia o instrumental necessário. Houve
327 contato com o Governo Federal, mas não havia. Foi encaminhado via ofício para o CMAS
328 (Protocolado em 26/10/2021), conforme orientação do próprio Governo Federal. Izabel gostaria de
329 entender juridicamente sobre esse processo para termos um respaldo jurídico para votar. E pontua
330 que a Gestão poderia ter contatado e informado o CMAS sobre a reprogramação do recurso, em
331 Fevereiro/2021 para fazer uma Resolução, pelo município ter Gestão Plena. Após os
332 esclarecimentos do Sr Pedro reiterando os esclarecimentos já encaminhados ao Conselho através
333 de Processo SEI, o Coordenador da Comissão explica o ritual da utilização de recursos dessa
334 natureza. A pedido, Gisleide de Abreu explica as razões dos motivos pelos quais esse processo foi
335 encaminhado ao CMAS nas datas em que foram devido a Portarias do Governo Federal que atribuía
336 ao Gestor essa possibilidade, inclusive afirmando que não houve apresentação de alteração em
337 Plano de Ação, portanto sem submissão necessária ao Conselho. A Presidente ressalta o papel do
338 CMAS no acompanhamento legal dos recursos que envolvem a Política do SUAS. A Presidente
339 solicita que o Conselheiro Silvano Freire dê seu parecer sobre esse procedimento e este afirma que
340 devido as explicações dadas não vê ilegalidade na utilização dos recursos e o encaminhamento
341 dessa forma ao Conselho, Silvano diz que não consegue emitir um parecer jurídico, mas pontua
342 que a partir das justificativas, há legitimidade e legalidade. Após as explicações, o Coordenador

343 Fábio apresenta parecer **FAVORÁVEL** da Comissão e, em votação foi **APROVADO** por seis votos
344 a favor, 04 votos contrários, nenhuma abstenção, ou seja: **APROVA a reprogramação dos**
345 **recursos federais referentes à Portaria 369/2020**, proposta com base na Portaria 605/2021, cujos
346 detalhamentos, subsídios e justificativas e esclarecimentos encontram-se instruídos nos Processos
347 SEI PMC.2020.00020729-91 e SEI PMC.2021.00056850-12. (Votaram “**Sim**” : Silvano, Viviane,
348 Leticia, Dorine, José Fernando e Fábio. Votaram “**Não**”: Josefa, Elizandra, José Carlos e Fátima -
349 **OBS**: Sergio, Jéssica, Aristides e Juliana não estavam presentes na votação). **Outras Comissões**:
350 A Presidente informa que não há relatórios e informes de outras Comissões. **Atas anteriores**: Foi
351 colocado em votação a ata referente a Reunião Ordinária realizada no dia 27 de julho de 2021, lida
352 anteriormente pelos conselheiros, **APROVADA** com dez votos a favor, nenhuma abstenção ou voto
353 contrário. Foi colocado em votação a ata referente a Reunião Ordinária realizada no dia 31 de
354 agosto de 2021, lida anteriormente pelos conselheiros, **APROVADA** com dez votos a favor,
355 nenhuma abstenção ou voto contrário. (Votaram “**Sim**”: Josefa, Elizandra, José Carlos, Aristides,
356 Silvano, Viviane, Leticia, Dorine, José Fernando, Fábio). **Conselheiro retorna à Reunião**: O
357 Conselheiro Sérgio Reis consegue sua reconexão e retorna à Reunião e solicita que seja registrado
358 em Ata que seu voto sobre a Proposta dos Benefícios Eventuais teria sido “**Não**”, embora entenda
359 que esse registro não mais altera aquele resultado na votação e iria se abster o voto quanto a
360 reprogramação do recurso da COVID 19. Izabel pontua que a sugestão dada por Sérgio quanto aos
361 apontamentos feitos, foram considerados e respeitados. Registra em Ata também sua abstenção
362 quanto a aprovação das Atas. **Atas anteriores continuidade**: Foi colocado em votação a ata
363 referente a Reunião Ordinária realizada no dia 28 de setembro de 2021, lida anteriormente pelos
364 conselheiros, **APROVADA** com onze votos a favor, uma abstenção e nenhum voto contrário.
365 (Votaram “**Sim**”: Josefa, Elizandra, José Carlos, Fátima, Aristides, Silvano, Viviane, Leticia, Dorine,
366 José Fernando e Fábio - Abstenção: Sérgio). **Conselheiro retorna à Reunião**: A Conselheira
367 Jéssica retorna à Reunião. Foi colocado em votação a ata referente a Reunião Ordinária realizada
368 no dia 26 de outubro de 2021, lida anteriormente pelos conselheiros, **APROVADA** com doze votos
369 a favor, uma abstenção e nenhum voto contrário. (Votaram “**Sim**”: Josefa, Elizandra, Jéssica, José
370 Carlos, Fátima, Aristides, Silvano, Viviane, Leticia, Dorine, José Fernando e Fábio; Abstenção:
371 Sérgio).. O Secretário Executivo esclarece que, embora as referidas Atas tenham sido aprovadas
372 na presente Reunião, as Resoluções, Atos e Encaminhamentos deliberados nas reuniões tiveram
373 seus encaminhamentos na época própria e que agora só aprovou-se a redação de cada uma delas.
374 O Conselheiro Fábio Cremasco solicita a palavra e ressalta que a Ata de Outubro aprovada também
375 trata dos recursos federais do Covid_19, trazidos em Reunião pela Comissão de Finanças e
376 Orçamento. **Ofício do Ministério Público SP**: Para registro em Ata o Secretário Executivo lembra
377 que o MPSP enviou em 04 de novembro de 2021 o Ofício2019/21 24PJ solicitando atualização de
378 Ofício 095/2021 deste CMAS. Esclarece que o Ofício CMAS 095/2021 trata de solicitação de dilação
379 de prazo para resposta ao Ofício de número 1431/2021 daquele MP, cujo atendimento se deu em
380 29 de setembro de 2021. O Secretario Executivo informa que será encaminhado agora o Ofício
381 118/2021 com essa explicação ao MP e que mesmo assim encaminhará novamente toda a
382 documentação outrora enviada em 29 de Setembro. **Conselheiro deixa Comissão**: O Conselheiro
383 Fábio relata sua trajetória no CMAS que sempre trabalhou com relações de confiança, mas que a
384 partir desta Reunião continua como Conselheiro, mas abre mão de sua participação na Comissão
385 de Finanças e Orçamento, portanto também da Coordenação da mesma. Solicita também cópia da
386 gravação da presente Reunião. **Conselheiros em Comissões**: A Presidente relembra que houve
387 reunião com todos os Conselheiros em 23 de novembro, agendada por este Colegiado em reunião
388 anterior e que um dos assuntos tratados foi a participação dos Conselheiros nas Comissões e que
389 há Conselheiros do Poder Público que não estão em qualquer Comissão. Lembra que embora tenha
390 como Presidente a competência de designar os participantes das Comissões e Grupos de Trabalho,
391 entende que a disposição e envolvimento devem partir do próprio Conselheiro e que isso se faz
392 importante, tanto do Poder Público como da Sociedade Civil. Que é importante a participação dos
393 Conselheiros nesse processo democrático e de controle social onde a maioria do Colegiado é que
394 decide as questões. Propõe que em fevereiro do próximo ano seja dando oportunidade de adesão
395 e participação dos Conselheiros nas Comissões, para o bem da Política da Assistência Social.
396 **Encerramento**: Às 13 horas e 55 minutos, a Presidente agradece a presença de todos e encerra a
397 reunião. Eu Geziel Antonio dos Santos, Secretário Executivo, lavrei a presente ata que é lida,
398 aprovada e segue assinada. Campinas 30 de novembro de 2021.